

FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS **TRAINING OF PROFESSIONAL SIGN LANGUAGE INTERPRETERS**

*Policélia Sousa de Oliveira

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo examinar e compreender o processo de formação inicial dos profissionais intérpretes de LIBRAS. Para facilitar uma análise mais profunda sobre o assunto, foi realizada uma investigação sobre a história dos alunos surdos e dos intérpretes de LIBRAS. A fundamentação do tema baseou-se em artigos publicados em 2018, além de revistas e livros relevantes. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, caracterizando-se como qualitativa. Os dados coletados foram discutidos em conjunto com a obra de outros autores para apreender melhor o processo de formação desses profissionais. Nesse sentido, ressalta-se a importância crucial da formação continuada para os intérpretes ao trabalhar com alunos surdos. A simples conclusão de um curso de 120 horas não é suficiente; é necessário um compromisso com o aprendizado contínuo.

Palavras-chave: Profissional Intérprete; Surdo; Formação Continuada.

ABSTRACT

The present work proposes to analyze and understand how the initial formation of the professional interpreter of LIBRAS is given. In order to make more in-depth reflections on the subject, we sought to know a little the history of the deaf student, as well as the professional interpreter of Libras. In order to substantiate the theme, it was sought basis in articles published in the year 2018, as well as in magazines and books. The research was done through bibliographic research, characterizing as qualitative. The collected data presented in discussion with other authors, in order to understand the process of formation of this subject. In this way, he understands that it is of fundamental importance the continuous training of the professional interpreter to work with the student. It is understood that it is not enough to have a course of 120 hours, it is necessary to study constantly.

Keywords: Professional Interpreter; Deaf; Continuing Education.

1. INTRODUÇÃO

*Policélia Sousa de Oliveira aluna do curso de Ciências da Educação -, pela Facultad Interamericana de Ciencais Sociales. Email: policeliasoliveira@hotmail.com

Este artigo analisa a relevância da formação do professor intérprete de Libras, com o intuito principal de habilitar o domínio da Língua de Sinais, de modo a assegurar a inclusão da pessoa surda em diversos contextos sociais e culturais, promovendo sua autonomia pessoal e social. Nesse contexto, surgem tanto afirmações quanto questionamentos acerca dessa profissão, sendo que, na ausência do professor intérprete, a verdadeira inclusão de alunos surdos nas salas de aula regulares se torna inviável. Esse aspecto evidencia a importância de sua formação e o envolvimento contínuo tanto com os docentes quanto com os surdos. Portanto, esse profissional almeja a sua valorização e reconhecimento no meio educacional como Tradutor/Intérprete de Libras, assim como seu devido prestígio e representação na sociedade.

Em relação à sua formação acadêmica, é importante destacar que esse profissional deve ser valorizado por seu papel na educação como Tradutor Intérprete. Seu trabalho se realiza com indivíduos que carregam histórias de dor e superação, oriundas de culturas e línguas distintas. Portanto, surge a necessidade de refletir sobre esse tema e buscar soluções, por meio de uma análise da literatura existente, a fim de entender como o Tradutor Intérprete enxerga sua atuação como profissional em sala de aula e de que maneira ele desempenha essa função.

A tradução e a interpretação não são práticas recentes; há evidências de sua ocorrência em línguas faladas, remontando ao Egito antigo e ao Império Romano. Naqueles tempos, quando a tradução formal não existia, as pessoas recorreram a gestos e mímica para se comunicar. (PAZ, 2013, p.44). Essas atividades não apresentaram grandes avanços até a Idade Média. Porém, a partir de 1919, o crescimento das relações comerciais passou a demandar um multilinguismo para facilitar interações comerciais, diplomáticas e militares entre diferentes nações, especialmente em contextos de paz ou conflito, levando à emergência do papel do tradutor e do intérprete, muitas vezes sem formação específica. Entretanto, a complexidade das relações nesse cenário exigia habilidades interpretativas mais refinadas. Segundo Pereira (2008, p. 136), "[...] o tradutor transforma um texto de uma língua de origem, utilizando vocalização, escrita ou sinais, para outra língua de destino [...]", atuando como um elo entre países e, até mesmo dentro de uma mesma nação, entre diferentes grupos ou contextos.

Esse profissional está regulamentado pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, pela Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, e pela Lei nº

13.146, de 6 de julho de 2015. Conforme essas normas, o TILSP tem a função de proporcionar acessibilidade linguística aos estudantes surdos da Educação Básica e do Ensino Superior, realizando a interpretação entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa (LP), assegurando que os conteúdos abordados no ambiente educacional sejam compreendidos.

Através da promulgação do Decreto 5.626, são estabelecidos de maneira oficial os graus de formação e as responsabilidades. O capítulo V desse Decreto, denominado “Da formação do tradutor e intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa”, estipula que a formação do TILSP deve ocorrer por meio de um curso superior em Tradução e Interpretação com especialização em LIBRAS/Língua Portuguesa.

Analisando a trajetória histórica dos tradutores e intérpretes de língua de sinais, é possível perceber que, em diversas nações, a formação desse profissional começou com atividades voluntárias que ganharam reconhecimento à medida que os surdos lutavam por seus direitos de cidadania. A inclusão dos surdos em debates sociais foi e continua sendo essencial para a valorização da profissão de tradutores e intérpretes de língua de sinais. Além disso, o reconhecimento da língua de sinais em cada país é um aspecto crucial deste desenvolvimento. Quando a língua de sinais passou a ser considerada uma língua legítima, os surdos conquistaram direitos de acesso a ela. Como resultado, as instituições foram compelidas a assegurar a acessibilidade por meio do trabalho dos intérpretes de língua de sinais. Neste contexto, serão abordados eventos históricos significativos sobre a formação da profissão de intérprete de língua de sinais na Suécia, nos Estados Unidos e no Brasil.

É evidente que, aproximadamente no final do século XIX (Suécia, 1875), começaram a aparecer intérpretes de língua de sinais sueca em atividades religiosas. Em 1938, o parlamento sueco estabeleceu cinco posições de conselheiros para surdos, mas essas vagas não foram suficientes para suprir as necessidades da comunidade surda.

No ano de 1968, um ato do Parlamento garantiu que todos os indivíduos surdos pudessem contar com intérpretes profissionais sem custos, em resposta às solicitações da Associação Nacional de Surdos. Nesse mesmo período, foi estabelecido o primeiro curso de formação de intérpretes na Suécia, em colaboração

com a Associação Nacional de Surdos, a Comissão Nacional de Educação e a Comissão Nacional de Emprego.

Em 1815, Thomas Gallaudet atuou como intérprete do surdo francês Laurent Clerc, que estava nos Estados Unidos para divulgar a educação para surdos. Assim, ao longo do tempo, a comunicação com surdos foi realizada por pessoas próximas como vizinhos, amigos, filhos e membros da comunidade religiosa, que atuavam de forma voluntária e com um vocabulário bastante limitado. Em 1964, foi criada uma organização nacional de intérpretes para surdos, conhecida atualmente como RID, que estabeleceu alguns critérios para a atuação desses profissionais. Em 1972, o RID iniciou o processo de seleção de intérpretes e passou a emitir registros após avaliações. Hoje, o RID continua a desempenhar diversas funções, incluindo a seleção e certificação de intérpretes qualificados, manutenção de registros, promoção de um código de ética e oferta de informações sobre formação e desenvolvimento profissional para intérpretes.

No Brasil, a atuação de intérpretes de língua de sinais em contextos religiosos começou por volta da década de 1980. Em 1988, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, promovido pela FENEIS, que proporcionou pela primeira vez a interação entre alguns intérpretes brasileiros, além de discutir a ética da profissão. Em 1992, foi realizado o segundo encontro, também sob a organização da FENEIS, que facilitou a troca de experiências entre intérpretes de diversas regiões do país, além de debates e a aprovação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes.

Como resultado, no dia 24 de abril de 2002, foi sancionada a lei federal que reconhece a língua brasileira de sinais como a língua oficial das comunidades surdas no Brasil. Essa legislação representa um marco significativo para a valorização e formação dos intérpretes de língua de sinais no país e abre um leque de novas oportunidades no mercado de trabalho amparadas por aspectos legais. A seguir está a transcrição desta lei: LEI N° 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

A Língua Brasileira de Sinais, conhecida como Libras, é uma maneira de comunicação e expressão que utiliza um sistema linguístico visual-motor, possuindo sua própria estrutura gramatical. Esse sistema serve para transmitir conceitos e informações, originando-se das comunidades surdas no Brasil.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma forma de comunicação visual e espacial que utiliza as mãos, expressões faciais e movimentos corporais. Trata-se de uma língua natural empregada pela comunidade surda no Brasil. A pesquisa sobre essa língua teve início no país com Gladis Knak Rehfeldt, em "A língua de sinais do Brasil" (1981). É importante mencionar alguns estudos relevantes, como o de Fernandez (1990) na área de psicolinguística; Karnopp (1994), que investigou a aquisição de fonologia por crianças surdas de pais também surdos; e Felipe (1993), que sugere uma tipologia para os verbos em Libras.

Além disso, meus trabalhos incluem Quadros (1995), que analisa a distribuição dos pronomes em Libras e seu impacto no aprendizado da linguagem por crianças surdas de pais surdos (publicado parcialmente em livro em 1997 – Educação de surdos: a aquisição da linguagem) e Quadros (1999), que elucida a estrutura da língua. Essas pesquisas, juntamente com as iniciativas promovidas pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo (FENEIS), foram fundamentais para o reconhecimento da Libras como uma língua legítima no Brasil.

Este trabalho adota uma abordagem descritiva e bibliográfica, conforme a classificação de Vergara (2014). A parte descritiva se justifica pela busca em identificar as causas verdadeiras dos problemas mencionados. Já a perspectiva bibliográfica se torna essencial, pois é fundamental realizar uma ampla pesquisa e leitura de informações por meio de sites como o Google, livros, artigos e outros textos que compõem a base teórica necessária para atingir os objetivos pretendidos.

2. DESENVOLVIMENTO

Este estudo é uma análise da função do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em ambientes educativos com alunos surdos, além de investigar como ocorre o processo de ensino e aprendizado dessas crianças. Também serão abordadas as questões que emergem nesse contexto. A pesquisa se apoia nas contribuições das autoras Mariano (2017) e Vanessa (2017), que discutem a relevância desse profissional e buscam melhorias em suas condições de trabalho. Adicionalmente, será examinado um trecho da Declaração de Salamanca, que enfatiza a importância da formação desse intérprete, bem como a Lei da Inclusão,

que promove o valor dos alunos surdos, e o Decreto que garante suporte a todos os Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

2.1 Quem é o tradutor da Língua de Sinais?

Cada carreira surge de um contexto social específico e por razões particulares. Dessa forma, a atuação do intérprete de linguagem de sinais (LIBRAS) também se encaixa nessa realidade. Conforme afirmado por Quadros, essa profissão:

Se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laboral na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania. A participação de surdos nas discussões sociais representou e representa a chave para profissão dos tradutores e intérpretes de língua de sinais. (Quadros, 2007, p 13).

Dessa forma, compreende-se que a carreira de intérprete de Libras surgiu em diferentes nações, inicialmente como uma atividade voluntária cuja função era apenas ajudar e facilitar a comunicação para pessoas surdas.

No Brasil, a atividade de tradutor e intérprete de Libras surgiu como uma forma de mediação e apoio às pessoas surdas. Essa profissão começou a se desenvolver principalmente nas igrejas, permitindo que os surdos pudessem participar de confissões. De acordo com Quadros (2007, p. 14), "o envolvimento de intérpretes de língua de sinais em atividades religiosas teve início por volta da década de 80".

Nesse cenário, começa a emergir a carreira que busca apoiar o processo de ensino e aprendizado de indivíduos surdos no Brasil. Nesse sentido, os ativistas da área começam a se organizar com o intuito de estruturar essa profissão. Em 1988, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, promovido pela FENEIS. Posteriormente, foi realizado o segundo encontro, também sob a coordenação da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). Após esses eventos, outras reuniões foram organizadas para efetivar a profissão. Contudo, foi somente em 2002, com a promulgação da Lei 10.436 em 24 de abril, que essa carreira recebeu maior reconhecimento, pois a referida lei estabelece a língua brasileira de sinais como idioma oficial do país.

Nos últimos anos, a questão da inclusão ganhou uma atenção sem precedentes, e no século XII, encontramos uma vasta quantidade de teorias e teses que abordam várias deficiências. Essas pesquisas destacam a importância dos profissionais que atuam em diferentes áreas da sociedade, especialmente no contexto educacional.

Para dar suporte a essa teoria, foi instituída a Lei da Inclusão, conhecida como Lei 13146 de 2015, que abrange todas as pessoas com deficiência. Quanto a esse tema, a legislação é clara ao afirmar que:

Que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. Agora começa também a batalha para tornar realidade o rol de direitos garantidos pela nova lei.

Assim, todos os indivíduos com deficiência têm o direito de obter assistência em todas as esferas de suas vidas, especialmente na educação, onde poderão desenvolver oportunidades para um futuro promissor.

No que se refere à Educação de Surdos, foi promulgado o decreto nº 5.626, em 22 de dezembro de 2005, que assegura às crianças surdas o direito a uma educação baseada em um modelo bilíngue. Essa iniciativa destaca a importância e o reconhecimento da língua que a pessoa surda utiliza.

É responsabilidade de toda a comunidade escolar entender e aplicar essas questões, uma vez que, antes de se tornarem leis, é fundamental reconhecer que todo cidadão brasileiro tem o direito à educação. Esse direito vai além do simples aprendizado, englobando também a formação do futuro dos estudantes com deficiência. Contudo, o intérprete de LIBRAS pode encontrar um desafio significativo: trabalhar em uma sala de aula onde há um aluno que não possui fluência na LIBRAS, o que pode complicar sua função.

O profissional lida frequentemente com diversas dificuldades em seu trabalho, especialmente quando o aluno não tem um bom conhecimento de sua língua materna, a Libras. Assim, é fundamental que ele, juntamente com o professor responsável, busque métodos para promover o progresso educacional desse estudante, assegurando que sua participação no ambiente escolar ocorra de forma semelhante à de qualquer outra criança.

Uma outra dificuldade enfrentada pelos intérpretes de Linguagem de Sinais está relacionada ao seu cotidiano profissional, pois "encontram opções restritas para desempenhar suas atividades, com salários baixos e acesso limitado a cursos que abordam sua área, geralmente disponíveis apenas em grandes centros urbanos" (Guarinello et al, 2008, p. 65).

Diante disso, é fundamental que o profissional procure métodos e suporte em organizações que disponibilizam cursos de LIBRAS, possibilitando que o aluno surdo desenvolva fluência na língua. Isso tornará o processo de ensino-aprendizagem mais eficiente e melhorará a interação entre ele e toda a comunidade educativa.

É amplamente reconhecido que alunos surdos necessitam do suporte de um Intérprete da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), um profissional qualificado e que possui fluência na comunicação oral e gestual do país. Esse intérprete tem a função de fazer a transição entre a linguagem falada e a linguagem sinalizada. Assim, no Brasil, é essencial que o Intérprete de LIBRAS tenha um forte conhecimento tanto da Língua Portuguesa quanto da Língua de Sinais.

No ambiente escolar, o papel deste profissional está diretamente relacionado ao sucesso do aprendizado dos alunos surdos, além de promover a interação entre estudantes ouvintes e surdos, com o intuito de garantir uma convivência pacífica. Para alcançar essa meta, é essencial que o aluno surdo aprenda a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como sua língua principal, enquanto os demais alunos se empenham em aprender o português como língua secundária.

Em relação à interpretação nas aulas, é crucial que essa seja direta, nítida, coerente e exata, a fim de eliminar qualquer dúvida sobre o aprendizado do estudante surdo. Essa estratégia é vital para garantir a confiança no trabalho do Intérprete.

A atuação deste profissional é crucial no contexto escolar, pois possibilita que o aluno surdo entenda as informações transmitidas. Na ausência desse especialista, o processo de aprendizado se tornaria impraticável. Portanto, é vital valorizar o papel do Intérprete de Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) para assegurar não apenas o desenvolvimento do estudante, mas também a eficiência da instituição de ensino.

2.2 A Formação do Profissional Tradutor e Intérprete de Libras

Considera-se essencial que todo profissional tenha uma formação apropriada, pois isso lhe confere confiança em múltiplos contextos, possibilitando a demonstração de suas competências e a execução de suas tarefas com excelência. O mesmo princípio se aplica ao Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que requer uma base robusta para garantir a qualidade de seu trabalho. Para que os alunos surdos tenham acesso efetivo a essa proposta, é crucial que o Intérprete esteja bem treinado e consciente de seu papel dentro do ambiente educacional. A capacitação deste profissional se dá por meio de:

Em múltiplos contextos, em diferentes momentos, em um processo que tem início muito antes da entrada em uma escola e que se oficializa em um curso de formação de professores e tem continuidade no decorrer da ação docente, em um rico processo em que pratica teoria, em articulação permanente, vão dando continuidade ao processo interminável dessa formação.(Lima, 2015.p31).

O tradutor e intérprete de Libras é um especialista que desempenha um papel importante na interação com a comunidade surda. Por isso, é essencial que essa pessoa possua uma formação adequada e continue se atualizando, visando oferecer uma interpretação de qualidade para os surdos.

Compreende-se que, para atender a qualquer público, é fundamental que os profissionais envolvidos estejam em constante formação, buscando assimilar conhecimentos técnicos e metodológicos que ofereçam um melhor apoio a seus clientes. Nesse cenário, focamos na pessoa surda. Para tanto, é necessário que o profissional tenha sensibilidade, de modo a se manter sempre atualizado. Conforme Lima (2015, p. 102), “diversas discussões e práticas relacionadas à formação de professores concentram-se na preparação para a acolhida desse indivíduo, visando à sua inclusão em um ambiente de convivência planejada”.

É necessário que ele tenha conhecimento aprofundado sobre os processos, modelos, estratégias e técnicas relacionadas à tradução e interpretação. Além disso, é importante que tenha uma formação adequada na sua área de atuação (como a educação) e, possivelmente, habilidade em outras línguas, como Inglês e Espanhol, para transmitir o conteúdo (quando houver na escola) ao aluno surdo.

Um novo entendimento sobre essas minorias só se tornou viável graças à implementação de leis. É importante reconhecermos que as normas legais são resultado das demandas de uma sociedade que busca uma melhoria em áreas específicas. Atualmente, experimentamos um período em que o respeito por todos os indivíduos é fundamental. A base de nossas normas é a Constituição Federal de 1988, que estabelece que:

Prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para educação o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 abordou desde o início a importância de respeitar as minorias e garantir que todos tenham acesso à educação. Este documento teve um papel fundamental, pois serviu de base para a criação de diversas outras legislações destinadas a assegurar direitos para todas as pessoas, independentemente de terem ou não deficiência.

Sobre o tema, menciona-se a Lei 10.436/02, que foi regulamentada pelo Decreto nº 5626, datado de 22 de dezembro de 2005. Essa regulamentação favoreceu a execução de ações voltadas para a política de ensino, uso e divulgação da LIBRAS, promovendo discussões e enfatizando a inclusão da LIBRAS no currículo escolar; a qualificação de professores, tradutores e intérpretes de LIBRAS; e o acesso dos surdos à educação por meio da Língua Brasileira de Sinais e da Língua Portuguesa (Vanessa, 2017).

É importante mencionar a Declaração de Salamanca (1994), um documento que aborda princípios, políticas e práticas na Educação Especial. Ele enfatiza que o Intérprete de LIBRAS deve possuir formação em Tradução e Interpretação, o que torna imprescindível uma formação sólida nos Cursos de Formação.

Em relação a essa afirmação, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) estabelece que "todas as crianças devem ser educadas em conjunto, sempre que viável, independentemente das dificuldades e das diversidades que apresentem."

Quando se trata especificamente de estudantes surdos, as políticas educacionais devem considerar atentamente as particularidades e circunstâncias individuais. O reconhecimento da linguagem de sinais como forma de comunicação essencial para a comunidade surda é crucial, e deve-se assegurar que todos os surdos tenham a oportunidade de aprender em sua língua de sinais nacional. Em razão das necessidades de comunicação específicas dos surdos e das pessoas surdo cegas, a educação pode ser mais eficazmente oferecida em instituições especializadas ou em turmas e ambientes adaptados dentro de escolas regulares.

Em resumo, tudo o que foi discutido evidencia a chance de indivíduos surdos acessarem uma educação de qualidade, similar àquela disponível para aqueles que não possuem deficiência auditiva. Isso se deve ao apoio legal que recebem e à determinação de buscar a inclusão como um fator essencial. Portanto, é fundamental que toda a comunidade escolar se empenhe em promover melhorias na educação para surdos.

2.3 Resultados da pesquisa

Para a realização deste estudo acadêmico, optou-se, primeiramente, pelo método bibliográfico com uma abordagem qualitativa. A investigação se baseará em informações que já foram divulgadas em 2018, com o intuito de compreender como ocorre a formação do professor intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Serão utilizadas como fontes de pesquisa, a internet, além de livros, revistas e artigos científicos publicados no CAPS.

Com base na investigação dos dados obtidos por meio de livros, periódicos e artigos, foi possível notar que a carreira de tradutor-intérprete de língua brasileira de sinais (LIBRAS) desempenha um papel fundamental para a comunidade surda. Nesse contexto, Quadros (2007) destaca o surgimento dessa função por volta da década de 1980. O autor observa que:

Na Suécia a atuação de intérprete de língua de sinais ocorreu em trabalhos religiosos por volta do século XIX. A criação de cinco cargos de conselheiros para surdos ocorreu em 1938, sendo ampliado para mais de 20 devido à demanda de trabalho, pela procura de surdos. (Quadros 2007 p.51).

Dessa forma, entende-se que a carreira de tradutor intérprete de Libras em várias partes do mundo surgiu a partir de uma demanda, além de ter raízes na família e nas igrejas, onde essa função era desempenhada para facilitar a catequização.

O intérprete de língua brasileira de sinais tem suas raízes em famílias de pessoas surdas e em comunidades religiosas. Esse profissional apareceu devido a uma demanda crescente, já que a população surda tem aumentado de maneira significativa. Dessa forma, o intérprete surge sem uma formação acadêmica específica, desejando melhorar a comunicação e a inclusão das pessoas surdas.

Nesse contexto, Lima (2007) destaca a importância da formação contínua para o intérprete, ressaltando a necessidade de atualização constante para poder dar suporte eficaz aos alunos surdos. Contudo:

Em geral, espera-se que o especialista tenha os conhecimentos necessários ao usuário e acrescente a estes conhecimentos outros relativos aos aspectos linguísticos e metalinguísticos dessa língua, de modo a poder operar reflexivamente sobre ela. (Jordão,2014, p.33).

Como foi destacado anteriormente, é essencial que o profissional que trabalhará com estudantes surdos e ouvintes tenha uma formação ampla. Esse indivíduo precisa ter um domínio profundo da língua portuguesa e da língua de sinais, visto que seu trabalho englobará o uso de ambas as línguas.

As secretarias de educação e diversas instituições frequentemente empregavam intérpretes, independentemente de sua formação especializada. Porém, com a aprovação da lei 10.436, que regulamenta a LIBRAS, essas entidades começaram a valorizar a necessidade de contar com profissionais devidamente treinados e capacitados para realizar interpretações de maneira eficiente.

O profissional atuante nesse campo deve ter uma compreensão abrangente sobre a inclusão do estudante surdo no contexto da sala de aula tradicional. Esse especialista interagirá diretamente com o aluno surdo, seus colegas ouvintes, professores, coordenadores e toda a equipe escolar, além de participar ativamente da comunidade educacional como um todo.

Neste contexto, é crucial que o profissional tenha uma formação acadêmica sólida e um conhecimento abrangente sobre a surdez. Segundo Lima (2015), é

importante que essa pessoa possua uma educação bem estruturada, tanto na sua formação básica quanto na especialização relacionada à surdez, para que possa proporcionar um atendimento eficaz ao cliente surdo.

Não basta simplesmente estar na sala de aula e declarar-se um intérprete de Libras; é essencial possuir a qualificação apropriada para exercer essa função. Segundo Lima (2015, p. 102), "há uma necessidade de formação para os educadores. Os professores precisam de capacitação para atender estudantes surdos".

Nota-se que o intérprete desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem dos alunos surdos. Para realizar essa tarefa, é vital que esse profissional busque constantemente se atualizar em seus conhecimentos ao interagir com esses estudantes.

A LIBRAS é uma língua como qualquer outra, o que torna essencial que o intérprete se comprometa com a formação contínua e a autoavaliação. Como destaca Jordão (2013, p. 33), "normalmente, os cursos oferecidos são introdutórios, com durações que variam de 30 a 120 horas, capacitando os alunos a desenvolverem um vocabulário básico que possibilita a realização de diálogos simples do cotidiano".

É essencial reconhecer que o profissional que atua na interpretação simultânea ou consecutiva precisa ter não só uma conduta ética, mas também um amplo conhecimento sobre o assunto em questão. A ausência de vivência e compreensão por parte desse intérprete pode impactar de forma negativa o aprendizado do aluno surdo.

Para assegurar uma interpretação eficiente, é necessário que esse especialista tenha uma formação robusta e um profundo domínio do vocabulário da língua de sinais, visando sempre proporcionar ao surdo uma interpretação de alta qualidade.

Assim sendo, o intérprete precisa ser muito mais que um usuário, precisa ser um conhecedor profundo das duas línguas (LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA) com suas características culturais e ter competência profunda na área de tradução e interpretação. Desta forma, torna-se imprescindível aprofundar conhecimentos a esse respeito ao aprender língua de sinais. (Jordão,2013,p.34).

Esse profissional que trabalhará diretamente com alunos surdos e ouvintes deve possuir muito mais do que apenas um curso de 120 horas de LIBRAS; é necessário um preparo mais abrangente para desempenhar essa função. Portanto:

Na ausência de um curso de graduação em Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras e Língua Portuguesa ou em Letras Libras, a legislação determina formação por meio de cursos de Educação profissional, formação continuada ou extensão. E, ainda, na ausência destes, a apresentação do certificado de proficiência em LIBRAS (PROLIBRAS) emitido pelo ministério da Educação em parceria com instituições de ensino superior federal. (Oliveira,2015, p.03).

Em 2011, iniciou-se a estruturação da certificação para esses profissionais. A sociedade reconheceu que essa carreira estava se expandindo de maneira considerável. Além disso, notou-se que esses especialistas estavam emergindo sem a devida qualificação. Diante disso, foram estabelecidos processos para validar esses profissionais. Hoje, conclui-se que é fundamental que esses indivíduos busquem atualização contínua para garantir uma interpretação de qualidade para surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das vivências adquiridas durante este estudo, sustentado por embasamentos teóricos, podemos concluir que é fundamental que o intérprete que trabalha com estudantes surdos tenha uma formação de excelência em interpretação, o que, por sua vez, contribui para o aprendizado desses alunos. Observamos que esse profissional deve possuir um diploma na área e também se empenhar em capacitação contínua, considerando que ele lida com duas línguas dinâmicas, em constante desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Neiva de Albres. **Intérprete educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. ed. são Paulo: Harmonia, 2015, p. 144.

CÓDIGO CIVIL – Estatuto da pessoa com deficiência – Lei 13146 de 06 de julho de 2015

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – **Conversa sobre Política Educacional** – Revista Mais Educação –Educação Especial - ed. São Paulo: Abril editora, 2009, págs. 15 e 27.

JORDÃO, Uiara Vaz. **O que dizem os intérpretes de Libras do sudeste goiano sobre formação e atuação**. ed. São Carlos: UFSCcar, 2013, p. 85.

LACERDA, C. B. F de. **O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 13, n. 2, p. 257-280, 2007.

LIMA, Camila Machado. **Educação de Surdos**: desafios para prática à formação de professores. ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2015, p. 156.

MARTINS, Diléia Aparecida. **Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete de libras em instituições de educação superior**. Ed. Campinas: PUC-Campinas, 2009, p.121.

QUADROS, Ronice Muller. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Org. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. - Brasília: MEC; SEESP, 2004.